



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

CRECHES E DIREITOS DA INFÂNCIA: UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO À HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM FAVOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DOS DIREITOS DA INFÂNCIA EM VITÓRIA DA CONQUISTA – BA ENTRE OS ANOS DE 1980 E 1990

Maria Cristina Nunes Cabral*
(UESB)

Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro**
(UESB)

RESUMO

O presente artigo é fruto das discussões realizadas durante o estágio na educação infantil na graduação em pedagogia. No mesmo apresentamos os resultados parciais de uma investigação que objetiva analisar os movimentos sociais em defesa da infância e pelo suprimento da demanda por creches em bairros periféricos na cidade de Vitória da Conquista entre os anos de 1980 e 1990. Nesta etapa da pesquisa, realizamos uma entrevista e analisamos o regimento da segunda creche fundada nessa cidade, o blog da terceira creche e o site oficial da Prefeitura. Essa investigação possibilitou perceber o descaso do poder público para com essa modalidade de ensino, o envolvimento dos movimentos eclesiais com a fundação de creches nessa cidade, e a ligação entre as mobilizações pró-creches e a fundação de associações de bairro e de mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos Pró-creches em Vitória da Conquista, História da Educação Infantil, Movimentos Eclesiais, Direitos da Criança.

* Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, participante dos Grupos de Estudos e Pesquisas no Museu Pedagógico – UESB: “História das Reformas educacionais e Trajetórias Sociais” coordenado pela Prof.^a Dr.^a Livia Diana Rocha Magalhães e “Fundamentos da Educação” coordenado pela Prof.^a Dr.^a Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro; Pós-graduanda Latu Senso em Fundamentos Sociais e Políticos da Educação na Museu Pedagógico/UESB.

** Professora doutora, docente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, coordenadora do grupo de estudos e pesquisas no Museu Pedagógico: “Fundamentos da Educação”.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

INTRODUÇÃO

Durante o estágio na disciplina práxis em educação infantil no curso de pedagogia tivemos a oportunidade de realizar uma primeira aproximação às instituições públicas de educação infantil da cidade de Vitória da Conquista, obtendo conhecimento a respeito da situação das creches, sobretudo no que se refere à sua implantação e aos órgãos mantenedores das mesmas.

Evidenciamos, pois, que atualmente a cidade de Vitória da Conquista conta com 10 creches públicas e 11 creches mantidas por instituições em convênios com a Prefeitura. Ou seja, o número de creches conveniadas nesta cidade é superior ao de creches municipais. Entretanto, a administração municipal cede os funcionários para as creches conveniadas e repassa verbas para a manutenção das mesmas. Segundo o site da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, são repassados mensalmente cento e trinta e cinco mil reais, sendo que, desta verba, quinzenalmente, são investidos trinta e seis mil na merenda escolar dessas unidades (SECOM/PMVC, 2009).

Além disso, percebemos que muitas das creches que hoje são conveniadas procedem de lutas e iniciativas de movimentos sociais: movimentos religiosos, associações de bairros, associações de mulheres etc. Instituições que tiveram importante participação, também, no cumprimento das Leis que surgiram após a Constituição de 1988, referentes ao amparo à infância.

Com base em tais informações, objetivamos pesquisar a história dos movimentos sociais pela criação de creches e pela consolidação dos direitos das crianças na cidade de Vitória da Conquista nos anos de 1980 e 1990. O marco temporal inicial foi escolhido a partir da percepção de que a primeira creche dessa



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

cidade surgiu no ano de 1982¹³⁴ e o marco final, por ter sido a década de 1990 um período importante para a garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Entrevistamos uma das coordenadoras dos movimentos pró-creches em Vitória da Conquista, a senhora aqui identificada por I, a qual nos relatou que, além do movimento pró-creches, ela, juntamente com alguns companheiros, participou da luta em defesa da garantia do cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente e pela implantação do Conselho da Criança e do Adolescente na década de 1990 na cidade de Vitória da Conquista. Com base nessa afirmação, pretendemos situar as influências dos movimentos sociais no que se refere à elaboração de políticas públicas em prol da infância na cidade de Vitória da Conquista nas décadas de 1980 e 1990 e investigar a postura do Estado frente à problemática da educação da primeira infância nas décadas de 1980 e 1990 nessa cidade.

Indagamo-nos, destarte, como estava a cidade de Vitória da Conquista nas décadas de 1980 e 1990 em termos de administração pública? E com relação aos movimentos sociais? Com a Constituição Federal de 1988, quais mudanças foram operadas no que se refere à compreensão e ao atendimento das crianças nessa cidade? Quais foram os desafios encontrados pelos movimentos pró-creches na cidade de Vitória da Conquista na década de 1980 e em 1990? Como as creches reagiram frente às mudanças propostas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 e pela LDB (9394/96)?

¹³⁴ Segundo o depoimento de uma de suas fundadoras, tal iniciativa foi estimulada pela Campanha da Fraternidade lançada pelo Conselho Nacional dos Bispos do Brasil naquele ano.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

O Movimento Pró-Creches em Âmbito Nacional

No século XX, o Brasil começou a sofrer mudanças em seu modo de produção passando a incorporar as indústrias manufatureiras. Tal processo acarretou uma série de modificações no modo de vida dos indivíduos. As migrações internas do campo para as cidades provocaram, pois, novas demandas de caráter social, cultural e educativo (CORTÉS, 1996).

Sendo assim, segundo Ribeiro (1998), foi a partir da década de 30 do século XX que se intensificou a instalação das condições para a expansão do sistema capitalista de produção na sociedade brasileira. A urbanização, a industrialização, as novas demandas dos mercados de consumo e profissional, a burguesia industrial e o operariado urbano começaram a se destacar como forças sociais, políticas e econômicas que, a partir deste período, entraram em vigor. Observou-se, então, a instalação de um novo padrão de acumulação com predominância da estrutura urbano-industrial e a conseqüente queda da hegemonia agrário-exportadora, consolidando, assim, a fase de expansão do capitalismo competitivo.

As demandas de industrialização pelas quais o mundo passava exigiram uma nova dinâmica para o Brasil. Assim sendo, as cidades brasileiras tiveram que se adaptar a essas exigências. Para o Brasil tornar-se moderno seria necessária a superação do modo de produção escravista e a extinção do analfabetismo. Segundo Nunes (2007), decorre dos anos 20 e 30 do século XX o início da concessão de apoio às políticas assistenciais na área do atendimento à criança de 0 a 6 anos, uma vez que, foi a partir desse período que a mulher trabalhadora e seus filhos começaram a aparecer no cenário das demandas sociais.

O reconhecimento da creche como demanda socialmente constituída decorre tanto da necessidade de controlar a mortalidade infantil quanto da ocupação da mão-de-obra feminina. Segundo Nunes (2007), os aspectos higienistas



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

das primeiras iniciativas de atendimento às crianças foram determinados por uma aliança entre médicos higienistas do final do século XIX e a mulheres burguesas, no intuito de liberar a mão-de-obra doméstica. Entretanto, Kishimoto apud Spada (2005) destaca as iniciativas empresariais voltadas para a garantia da incorporação da mão-de-obra feminina nas fábricas, como determinantes para o surgimento das primeiras creches.

Gohn (1990) apud Nunes (2007), ao analisar a legislação referente à educação infantil nesse período, observa que o Código de Educação do Estado de São Paulo de 1933, menciona as escolas maternais e jardins de infância como instituições destinadas às elites e os asilos e creches como instituições destinadas às camadas populares. Essa legislação deixava, pois, clara a caracterização dos destinatários de cada espaço de educação infantil. Essa autora atribui o surgimento dessa legislação à demanda histórica determinada pela necessidade de fortalecimento do proletariado nacional, com ênfase em apreciações do tipo necessidade de formação dos “homens de amanhã”. (GOHN, 1990, apud NUNES, 2007. p. 6).

No entanto, foi a partir da década de 1940 que o Estado brasileiro começou a preocupar-se efetivamente com a educação dos trabalhadores (KUENZER, 1992). Uma vez que o ideal de modernização então iniciado veio acompanhado de uma industrialização incipiente, de uma urbanização crescente e da necessidade da educação e das ciências, como motor fundamental para o desenvolvimento desse processo (CURY, 1978).

De acordo com Spada (2005), durante o período conhecido como Estado Novo (1937-1945), o Estado brasileiro criou o Ministério da Educação e Saúde e declarou oficialmente qual seria sua responsabilidade no que se refere ao atendimento da infância. Com a criação desse ministério, no Estado de São Paulo a rede pública de creches ficou ligada ao Serviço de Assistência Social, serviço



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

surgido em 1950 para organizar as doações feitas a indivíduos carentes e a entidades filantrópicas. Sendo assim, Estados e municípios não eram os mantenedores das creches, apenas forneciam auxílio as entidades filantrópicas para que estas mantivessem suas obras assistenciais (SPADA, 2005). Não havia, portanto, interesse do poder público estadual em criar e manter entidades para atender as crianças provenientes de camadas populares. Essa autora reitera que em 1962, somente cem crianças eram atendidas pelo município de São Paulo.

Spada (2005) declara que apenas a partir da década de 1970 começou a ocorrer, de fato, a expansão das creches; permanecendo, entretanto, a filantropia, a omissão do Estado e diversos outros problemas os quais fizeram com que as creches continuassem a ser caracterizadas apenas como um espaço de guarda, proteção e acolhimento dos filhos das mães trabalhadoras.

O descaso do poder público contribuiu para que ocorressem vários movimentos pela criação de creches nos diversos Estados brasileiros. Estes movimentos foram importantíssimos para a expansão das vagas nesse serviço. Gohn (1995) afirma que em São Paulo a luta desses movimentos se deu, sobretudo, entre os anos de 1978 e 1982 e desempenhou importante papel na reivindicação pela expansão das vagas em creches.

Alguns anos depois, em 1988, período de redemocratização do país, instituiu-se a Constituição Federal que assumiu uma nova concepção de infância, reconhecendo sua cidadania, algo que se efetivou em 1990 com a Lei Federal n.º 8.069 que criou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que por sua vez, pautou-se nos princípios instituídos pelas Nações Unidas em 1959 e nos artigos 227 e 228 da Constituição Federal de 1988 (PINHEIRO, 2004).

Para essa autora, as iniciativas de criação de creches no Brasil anteriores a essa constituição se deram de forma tímida, inicialmente, com caráter puramente caritativo e assistencial, sem que o Estado assumisse diretamente a



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

responsabilidade por implantá-las e geri-las. Com a nova constituição, entretanto, a criança de zero a seis anos passou a ser percebida como sujeito de direitos e a educação infantil passou a ser vista como fundamental para seu desenvolvimento.

O Caso de Vitória da Conquista

Para obtermos maior detalhamento das expressões e manifestações históricas dentro das condições regionais, recorreremos à história oral, ou seja, a depoimentos e entrevistas a sujeitos que co-participaram dos movimentos pró-creches e em defesa da infância nas décadas de 1980 e 1990. Fizemos, assim, uma primeira aproximação e colhemos informações preliminares a fim de reconstruirmos a história da educação infantil nessa cidade.

Ao analisarmos a histórias das creches em Vitória da Conquista, percebemos que também nesta cidade existe ligação entre a criação de creches e os movimentos sociais, uma vez que, segundo depoimento de uma das fundadoras da primeira creche de Vitória da Conquista, as primeiras creches criadas nesta cidade foram o resultado de um processo de lutas dos movimentos sociais (Comunidades Eclesiais de Base e, mais tarde, associação de moradores de bairro, Associação de Mulheres etc.).

Estas creches nasceram do engajamento de suas fundadoras nos movimentos populares em articulação com as atividades desenvolvidas pelos leigos da Igreja Católica. Segundo depoimento da diretora da creche União e Força, os fatores inspiradores para a movimentação pró-creches em Vitória da Conquista foram as reflexões feitas a partir do tema da Campanha da Fraternidade lançada pelo Conselho Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB em 1982, "Educação e Fraternidade". Essas reflexões suscitaram nas integrantes dos movimentos



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

eclesiais de base o compromisso de efetivarem, pelo menos, duas das propostas de ação para modificarem a realidade então vivenciada.

Ou seja, perceberam como necessidade premente o estímulo à criação de associações de moradores nos bairros periféricos e a implantação de creches para as crianças, filhas dos catadores de café.

Ainda nesse contexto, nasceu a creche Vivendo e Aprendendo, implantada no ano de 1982, no Bairro Alto Maron, a qual foi a primeira creche de Vitória da Conquista e precursora das demais.

Segundo informações contidas no blog da creche Dinaelza Coqueiro, no ano seguinte, no dia 13 de novembro de 1983, foi criada a União de Mulheres de Vitória da Conquista, se tornando uma das iniciativas do movimento de luta pela democracia. A proposta desta, era então, a de ser uma entidade representativa que reunisse mulheres do povo por suas reivindicações específicas e de toda a sociedade.

De acordo com o depoimento da fundadora da creche União e Força, as parcerias consolidadas com diversos setores da sociedade civil foram primordiais para o estabelecimento das creches. Especialmente, a colaboração de sacerdotes da igreja católica como o Padre João Pedro, fundador da creche Vivendo e Aprendendo, o qual viabilizou doações de entidades católicas da Itália e criou a Fundação Edvanda Maria Teixeira com o objetivo de que esta fosse uma fonte de renda para as creches União e Força, Vivendo e Aprendendo, Criança Esperança e Bela Vista; a empresa Vincolages; e o Padre Idálio, pároco da Paróquia Nossa Senhora das Graças, que contribuiu divulgando o trabalho realizado e fazendo campanhas para ajudar a creche União e Força, criada em 1987.

Além disso, percebemos que a ação dos movimentos sociais no que se refere à reivindicação pela criação de creches em Vitória da Conquista, não se limitou a esta luta, mas, continuou a reivindicar a implantação de conselhos e pastorais de



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

atendimento à infância e pelo cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. Com base em tais informações, nos propomos a analisar a luta dos movimentos sociais em defesa da infância e pelo suprimento da demanda por creches em bairros periféricos na cidade de Vitória da Conquista entre os anos de 1980 e 1990.

REFERÊNCIAS

- CIVILETTI, M.V. **A creche e o nascimento da nova maternidade**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- CORTÉS, Martha Cecília Herrera. **A influencia do escolanovismo no Brasil e na Colômbia: 1930-1945**. Alguns Comentários Iniciais. In: INEP. Campo Grande, 1996. Vol. 2, n. 3.
- CRECHE DIANELZA COQUEIRO. **Nossa História - Tudo Começou Assim**. Vitória da Conquista. Sábado, 21 de novembro de 2009. Disponível em: <http://crechedinaelzacoqueiro.blogspot.com/>. Acesso em: janeiro de 2010.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação Brasileira**. – São Paulo: Cortez e morais, 1978. (Coleção: educação universitária).
- FORTES, Cristina Lazzarotto. **Aspectos histórico-jurídicos sobre a infância brasileira**. Universidade de Santa Cruz do Sul. Disponível em: <http://www.direito.unisinos.br/sandra/arquivos/A_Crianca_na_Antiguidade.ppt>.
- GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 1995.
- _____. **Movimentos sociais e educação**. 6. ed. **Revista**. São Paulo: Cortez, 2005.
- KISHIMOTO, T. M. **A pré-escola em São Paulo (1877 a 1940)**. São Paulo: Loyola, 1988.
- KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino de 2º grau: o trabalho como principio educativo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992.
- NUNES, Deise Gonçalves. A produção da invisibilidade social: um breve debate sobre a emergência das políticas sociais no campo da infância. **Revista brasileira de educação**, 2007.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

SANTOS, João Diógenes Ferreira dos. **O trabalho infanto-juvenil e a violação do corpo**. Campina Grande: UFPE, 1998.

SECOM - PMVC. Prefeito se reúne com diretoras das creches conveniadas. **Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista**. 02 de outubro de 2009. Disponível em: <<http://www.pmvc.com.br/v1/pmvc.php?pg=noticia&id=2633>>. Acesso em: janeiro de 2010.

SPADA, Ana Corina Machado. Processo de criação das primeiras creches brasileiras e seu impacto sobre a educação infantil de zero a três anos. **Revista Científica eletrônica de Pedagogia**. Periodicidade semestral. 5.ed, janeiro de 2005.

PINHEIRO, Ângela de Alencar Araripe. A criança e o adolescente, representações sociais e processo constituinte. **Psicologia em Estudo**. v. 9, n. 3, Maringá, set./dez. 2004. p. 343-355.

Fontes orais:

Entrevista. Creche União e força 23 de Abril de 2009.

Entrevista com I. Data: 10 de março de 2009.